

# Pioneiro

AO  
TEU  
LADO

Ano 76 - nº 15.059

CAXIAS DO SUL, 30 DE MAIO DE 2024



## PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)

# Publicidade Legal

## ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ [contato.comercial@gruporbs.com.br](mailto:contato.comercial@gruporbs.com.br)



## Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 92.038.108/0001-91 - NIRE 43.300.053.377

Ata de Assembleia Geral Extraordinária (22 de março de 2024)

de cada Diretor será de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Considerar-se-á como "1 (um) ano" o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias. **Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor, uma Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para a eleição de substituto. **Parágrafo Quarto** - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias acarretará o término do respectivo mandato, devendo ser imediatamente convocada uma Assembleia Geral para eleição de novo membro. **Parágrafo Quinto** - Todas as deliberações da Diretoria constarão em atas lavradas no respectivo Livro de Atas das Reuniões de Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 12** - Compete à Diretoria exercer a atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que necessários ao regular funcionamento da Companhia. **Artigo 13** - Compete aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para: a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia e as deliberações da Assembleia Geral; b) Zelar pela observância da lei; c) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas suas próprias reuniões; d) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais; e) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis e/ou necessários; f) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora de juízo; g) Rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades do negócio e as modernas técnicas de administração; h) Submeter à prévia e expressa aprovação da Assembleia Geral as propostas de operações relativas a investimentos, financiamentos, propostas de associação, joint ventures, aquisições e assemelhadas, no país ou no exterior; e, i) Elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício exigidas por lei, bem como submeter aos acionistas da Companhia, com o parecer do Conselho Fiscal, caso este esteja em funcionamento, acompanhado do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior. **Artigo 14** - A Companhia será representada da seguinte forma: (a) Por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto; (b) Por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; (c) Por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, em conjunto; e, (d) Por 1 (um) procurador, isoladamente, nos mandatos em que a procuração tiver como objeto a outorga a advogado dos poderes contidos em cláusula "ad judicium" e concomitantemente "et extras", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia. **Parágrafo Único** - As procurações em nome da Companhia serão sempre outorgadas por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto, com exceção da hipótese prevista na alínea (d), acima. As procurações outorgadas pela Companhia mencionarão expressamente os poderes conferidos e deverão conter um período de validade limitado, não superior a 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 15** - O Conselho Fiscal da Companhia não terá caráter permanente, e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções, observado o artigo 162, §3º da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. **Parágrafo Terceiro** - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Parágrafo Quarto** - O funcionamento, competência, os deveres e as responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal obedecerão ao disposto na lei. **Parágrafo Quinto** - Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Sexto** - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **Parágrafo Sétimo** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes. **Parágrafo Oitavo** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada no prazo de 5 (cinco) dias para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Artigo 16** - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Parágrafo Primeiro** - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **Parágrafo Segundo** - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria dos seus membros. **Parágrafo Terceiro** - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e serão assinadas pelos membros presentes. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Dos Lucros e sua Distribuição: Artigo 17** - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, com observância das disposições legais vigentes. As demonstrações financeiras serão apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, observando o disposto em lei e no presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Parágrafo Segundo** - A Diretoria poderá levantar balanços em períodos menores, observadas as disposições legais. **Parágrafo Terceiro** - Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício social será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Parágrafo Quarto** - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia. **Parágrafo Quinto** - Do lucro líquido apurado no exercício social, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Sexto** - Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas nos parágrafos anteriores, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Sétimo** - O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Oitavo** - A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limite estabelecidos em lei, imputando-os ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Nono** - A Assembleia Geral poderá declarar e pagar, a qualquer tempo durante o exercício social, juros remuneratórios sobre o capital social, dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes. **Parágrafo Décimo** - Observados os requisitos e limites legais, a Diretoria poderá, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar juros sobre capital próprio, dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no período em questão. **Capítulo VII - Da Dissolução e Liquidação: Artigo 18** - A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante, fixando seus poderes e estabelecendo sua remuneração, conforme previsto em lei. **Capítulo VIII - Das Disposições Gerais e Solução de Controvérsias: Artigo 19** - Todas as controvérsias oriundas ou relacionadas ao presente Estatuto Social serão resolvidas de forma definitiva por arbitragem, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), de acordo com o seu Regulamento. **Parágrafo Primeiro** - A acionista que pretender dar início à arbitragem deverá notificar a outra parte na controvérsia de sua intenção no prazo de até 7 (sete) dias antes de apresentar o Requerimento de Arbitragem junto à CAM-CCBC. **Parágrafo Segundo** - A arbitragem será administrada pela CAM-CCBC e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento. **Parágrafo Terceiro** - Caso as regras procedimentais da CAM-CCBC sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. **Parágrafo Quarto** - Ao tribunal arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório e/ou declaratório, com base na legislação brasileira aplicável, vedada a decisão por equidade. **Parágrafo Quinto** - O tribunal arbitral será formado por 3 (três) árbitros, sendo um nomeado pela parte demandante, o outro pela parte demandada e o terceiro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será nomeado pelos árbitros indicados pelas partes da controvérsia. Na hipótese de qualquer das partes deixar de nomear seu árbitro, ou de os árbitros indicados pelas partes da controvérsia não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, o árbitro será designado segundo as regras da CAM-CCBC, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar aludido impasse. Caso haja mais do que duas partes em disputa, serão indicados tantos árbitros quanto forem necessários, na forma constante do Regulamento, desde que em número ímpar. **Parágrafo Sexto** - A arbitragem será realizada na cidade de São Paulo (SP). O idioma da arbitragem será o português. **Parágrafo Sétimo** - O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem serão considerados confidenciais. **Parágrafo Oitavo** - A sentença arbitral a ser prolatada pelo tribunal arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as partes da controvérsia, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no artigo 30 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. **Parágrafo Nono** - Não obstante o disposto acima, qualquer das partes da controvérsia terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário, sem renúncia ao juízo arbitral, com o objetivo de: (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, as quais prevalecerão somente até que sejam reapreciadas pelo tribunal arbitral, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas partes da controvérsia, (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive a sentença arbitral, e (iv) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Na hipótese de as partes da controvérsia recorrerem ao Poder Judiciário nas situações acima, o Foro da Comarca das Caxias do Sul (RS), será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial inclusive quanto às situações em que haja inexecução de obrigações líquidas e certas que comportem processo judicial de execução. **Parágrafo Décimo** - Todas as despesas e custos relacionados e/ou decorrentes dos procedimentos da arbitragem, inclusive as despesas e custos relacionados com a produção de pareceres, avaliações, honorários de peritos ou de especialistas, quando solicitados pelo tribunal arbitral, serão suportados pelas partes consoante a determinação do tribunal arbitral. **Parágrafo Décimo Primeiro** - As partes concordam que a parte sobre a qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CAM-CCBC, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. As partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados. **Parágrafo Décimo Segundo** - A menos que as partes concordem expressamente por escrito em sentido contrário e a menos que exigido por lei, as partes, seus respectivos representantes, as testemunhas, peritos, assistentes técnicos e o tribunal arbitral comprometer-se-ão, como princípio geral, a manter em sigilo a existência, o conteúdo e todos os laudos e sentenças pertinentes ao procedimento arbitral, juntamente com todo material nele utilizado e criado para os fins a ele pertinentes, bem como outros documentos produzidos por ou para parte durante o procedimento arbitral que de outra forma não sejam de domínio público, salvo se e na medida em que essa divulgação possa ser exigida de uma parte, em decorrência de dever legal, visando proteção ou busca de direito legal, execução ou questionamento de uma sentença em procedimentos legais de boa-fé perante autoridade judicial. **Artigo 20** - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Christian Emilio Hartenstein - **Presidente**; Gustavo Spadari Pretto - **Secretário**.

**Ata de Assembleia Extraordinária. Ata nº 25 do Livro nº 02** - Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2024, às 10 horas, na cidade de Caxias do Sul (RS), na Rodovia Estadual RSC 453, KM 80, nº 32.503, Bairro Nossa Senhora da Saúde, CEP 95032-898. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, todos com direito a voto. **Convocação:** dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Christian Emilio Hartenstein, Presidente; e Gustavo Spadari Pretto, Secretário. **Ordem do dia:** (i) extinguir o Conselho de Administração; (ii) alterar o Estatuto Social; e (iii) consolidar o Estatuto Social. **Deliberações:** Aprovaram, por unanimidade de votos, sem reservas ou ressalvas de qualquer natureza: (i) aceitar a renúncia dos membros do Conselho de Administração, que foi apresentada no dia 24 de agosto de 2023, as quais ficam arquivadas na sede da Companhia; (ii) extinguir o Conselho de Administração e, por consequência: (ii.a) incluir os §§ 4º e 5º ao artigo 7º do capítulo III, o § único ao artigo 8º do capítulo III, o § primeiro e as alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p", "q", "r", "s", "t", "u" "v", "w" e "§ segundo" ao artigo 9º do capítulo III, o § 3º ao artigo 10 do capítulo IV, os §§ 4º e 5º ao artigo 15 do capítulo IV (atual artigo 11 do capítulo IV), os §§ 1º, 2º, 3º e alterar caput do atual artigo 12 do capítulo IV, as alíneas "a", "b", "c", "g" e "h" ao artigo 17 do capítulo IV (atual artigo 13 do capítulo IV), os §§ 5º, 6º, 7º e 8º ao artigo 21 do capítulo V (atual artigo 15 do capítulo V), os §§ 1º, 2º, 3º e caput do atual artigo 16 do capítulo V, os §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do artigo 22 do capítulo VI (atual artigo 17 do capítulo VI) e, por fim, os §§ 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º do artigo 24 do capítulo VIII (atual artigo 19 do capítulo VIII), (ii.b) excluir todos os §§ e caputs dos superados artigos 11, 12, 13 e 14 do capítulo IV e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e o caput do superado artigo 20 do capítulo IV, (ii.c) alterar o artigo 1º do capítulo I, o § único e o caput do artigo 2º do capítulo I, o artigo 3º do capítulo I, os §§ 1º e 2º do artigo 5º do capítulo II, o § 1º e caput do artigo 7º do capítulo III, o caput do artigo 8º do capítulo III, os §§ 1º, 2º e caput do artigo 10 do capítulo IV, o § 3º e caput do artigo 15 capítulo IV (atual artigo 11 do capítulo IV), o artigo 16 do capítulo IV (atual artigo 12 do capítulo IV), a alínea "vi" do artigo 17 do capítulo IV (alínea "i" do atual artigo 13 do capítulo IV), o § único e caput do artigo 18 do capítulo IV (atual artigo 14 do capítulo IV), o § único e caput do artigo 19 do capítulo IV (atual artigo 15 do capítulo IV), o caput do artigo 21 do capítulo V (atual artigo 15 do capítulo V), os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 22 do capítulo VI (atual artigo 17 do capítulo VI), os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º e caput do artigo 24 do capítulo VIII (atual artigo 19 do capítulo VIII); artigo 23 passa a ser o atual artigo 18, e por fim, a alteração da numeração do artigo 25 do capítulo VIII (atual artigo 20 do capítulo VIII); e (iii) consolidar o Estatuto Social, na forma do Anexo I. **Encerramento:** Nada mais havendo tratar, a Assembleia foi encerrada e lavrada a ata que, lida, foi tida conforme em todos os seus termos, sendo assinada por todos os presentes, passando a constar do livro próprio. Caxias do Sul (RS), 22 de março de 2024. **Mesa:** Christian Emilio Hartenstein, Presidente; Gustavo Spadari Pretto, Secretário; **Acionistas:** Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (Gustavo Spadari Pretto e Christian Emilio Hartenstein, Diretores), Júlio Moura Neto e Christian Emilio Hartenstein. Na qualidade de Presidente e Secretário, declaramos que esta ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio e que são autênticas as assinaturas. Caxias do Sul (RS), 22 de março de 2024. JUCERGS nº 10395737 em 28/05/2024. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. **Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial** - CNPJ/MF nº 92.038.108/0001-91 - NIRE 43201472185 - **Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: Artigo 1º** - A companhia denomina-se **Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), e é regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Caxias do Sul, Estado de Rio Grande do Sul, na Rodovia Estadual RSC 453, km 80, nº 32.503, Bairro Nossa Senhora da Saúde, CEP 95032-898. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá criar, manter ou fechar filiais, depósitos, escritórios, representações, agências e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, obedecendo as disposições legais vigentes, mediante resolução da Diretoria, independentemente de autorização da Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: indústria; comércio varejista, atacadista e eletrônico; importação e exportação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, painéis, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alumínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidro, melamina, porcelana, cerâmica e demais matérias primas disponíveis no mercado; esublocação de imóveis de terceiros. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social, Ações e Outros Títulos e Valores Mobiliários: Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 84.230.742,00 (oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e quarenta e dois reais), dividido em 84.230.742 (oitenta e quatro milhões, duzentas e trinta mil, setecentas e quarenta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - É proibida a emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo Segundo** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e a cada ação ordinária corresponderá o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6º** - A Companhia e os acionistas respeitarão os termos e condições de todo e qualquer Acordo de Acionistas que venha a ser arquivado na sede da Companhia. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 7º** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. **Parágrafo Primeiro** - As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei das Sociedades por Ações. As deliberações, exceto nos casos previstos em lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas pelo voto de acionistas representando mais de 50% (cinquenta por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral será instalada e realizada nos termos da lei. **Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social ou na lei, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Quarto** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Quinto** - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais Acordos de Acionistas. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente, na forma da lei. Ao Presidente da Assembleia Geral caberá a escolha, dentre os presentes, de um secretário para secretariá-lo nos trabalhos. **Parágrafo Único** - Na ausência do Diretor Presidente, a Assembleia Geral poderá ser convocada e instalada por qualquer Diretor, devendo, nessa hipótese, ser presidida por acionista ou seu representante, conforme indicado pela maioria dos acionistas presentes. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral terá as atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Primeiro** - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: a) Eleger e destituir os membros da Diretoria; b) Fixar a remuneração global anual dos administradores e a alocação entre os seus membros, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; c) Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia por eles apresentadas; d) Aprovar a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; e) Deliberar a respeito de qualquer alteração do Estatuto Social; f) Deliberar a respeito de qualquer alteração do objeto social da Companhia; g) Deliberar a respeito da criação de uma ou mais novas classes de ações ou da conversão de qualquer classe de ações existente da Companhia; h) Deliberar sobre qualquer plano de dissolução, liquidação, autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou dissolução da Companhia; i) Deliberar sobre qualquer reestruturação societária da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, quer por incorporação, incorporação de ações, cisão, fusão, transformação ou qualquer outra forma; j) Atribuir bonificações em ações da Companhia e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações da Companhia; k) Aprovar planos de incentivo e quaisquer pagamentos que envolvam a Diretoria, administradores e empregados de níveis gerenciais, assim como participação nos lucros e resultados (PLR); l) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia aos seus administradores e empregados ou a terceiros; m) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Diretoria, sobre a destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio; n) Deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela Diretoria, sobre operações relativas a investimentos, financiamentos, propostas de associação, joint ventures, aquisições e assemelhadas, no país ou no exterior; o) Determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante; p) Deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações; q) Deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas à Recuperação Judicial da Companhia e seu respectivo Plano de Recuperação de Recuperação Judicial; r) Deliberar sobre quaisquer temas tributários relevantes, incluindo, mas não se limitando aos pagamentos, recursos, propostas de transações e/ou acordos a serem firmados com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB); s) Deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas ao ágio da Companhia, incluindo, mas não se limitando, às estratégias de condução do tema, à utilização para abatimento de Imposto de Renda (IR) ou contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); t) Deliberar sobre a assunção ou contratação pela Companhia de qualquer obrigação, a qualquer título, que faça com que, na data da assunção ou contratação da obrigação, a dívida líquida da Companhia ultrapasse R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Reais); u) Aprovar quaisquer operações com partes relacionadas, envolvendo a Companhia e ou qualquer de suas controladas, subsidiárias e outras sociedades das quais a Companhia seja associada, que individualmente exceda R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); v) Aprovar a constituição de ônus reais sobre quaisquer ativos da Companhia em valor superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e w) Deliberar sobre a interrupção de qualquer linha de negócios desenvolvida que, de acordo com a última demonstração financeira auditada disponível, represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta total consolidada da Companhia nos últimos 12 (doze) meses consecutivos, por razões outras que não força maior. **Parágrafo Segundo** - As matérias que não forem, por lei ou pelo presente Estatuto, de competência da Assembleia Geral, poderão ser deliberadas pela Diretoria. **Capítulo IV - Da Administração: Seção I - Disposições Gerais: Artigo 10** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei, pelo presente Estatuto Social e por Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, estando os Diretores dispensados de prestar garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral fixará a remuneração global dos administradores, que será entre eles partilhada, podendo, inclusive, atribuir aos administradores, percentual de participação nos lucros da Companhia, observado o limite disposto no artigo 152, §1º da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - Os administradores da Companhia deverão observar o disposto em quaisquer Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. **Parágrafo Terceiro** - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Seção II - Da Diretoria: Artigo 11** - A Diretoria será constituída por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, pessoas naturais, de reputação ilibada e de reconhecida experiência profissional, sendo 1 (um) designado Diretor Presidente e os demais sem designação específica, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria e permanecerão em seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores. **Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão

EDITAIS TÊM  
ESPAÇO  
RESERVADO

# Valeo Climatização do Brasil Veículos Comerciais S.A.

CNPJ 04.576.105/0001-44 - NIRE 43300041514

Ativo	Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.559	32.567	59.562	38.162
Contas a receber de clientes	7	39.429	29.688	50.800	35.662
Estoques	8	65.435	54.318	75.610	60.988
Tributos a recuperar	9	10.672	19.765	10.725	20.340
Outros ativos		960	2.990	1.730	3.058
Total do ativo circulante		167.055	139.328	198.427	158.210
Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	9.015	8.751	3.399	3.560
Partes relacionadas	24	1.242	1.263	-	-
Tributos a recuperar	9	157	8.782	157	8.782
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	5.571	5.415	7.268	7.368
Investimentos em controladas	10	20.281	12.083	-	-
Imobilizado	12	12.830	13.431	13.387	13.463
Bens de uso	20	97	971	1.105	1.656
Intangível	11	3.940	4.025	3.974	4.057
Total ativo não circulante		53.133	54.721	29.290	38.886
Total do ativo		220.188	194.049	227.717	197.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Passivo	Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	13	45.104	42.420	46.952	43.107
Empréstimos e financiamentos	14	-	6.969	-	6.969
Salários e encargos sociais		5.555	4.455	6.649	5.228
Tributos a pagar	15	2.936	9.063	4.270	10.026
Comissões a pagar		364	574	364	574
Provisão para garantias	16	1.399	1.411	1.399	1.411
Dividendos a pagar	19	13.938	5.374	13.938	5.374
Arrendamento a pagar	20	273	1.169	1.136	1.222
Outros passivos		2.821	3.212	4.498	3.212
Total do passivo circulante		72.390	74.647	79.206	77.123
Não circulante					
Provisão para riscos cíveis, tributários/trabalhistas	17	198	86	911	657
Total do passivo não circulante		198	86	911	657
Patrimônio líquido	19				
Capital social		30.000	30.000	30.000	30.000
Reservas de capital		13	13	13	13
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.725)	(2.221)	(1.725)	(2.221)
Reservas de lucros		119.312	91.524	119.312	91.524
Total do patrimônio líquido		147.600	119.316	147.600	119.316
Total do passivo e patrimônio líquido		220.188	194.049	227.717	197.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Reserva de Lucros	Reserva de ICMS	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Agio Subscrição das Ações	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30.000	-	(2.365)	6.000	68.395	-	-	102.043
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.128	17.128
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	145	-	-	-	-	145
Constituição de reserva	-	-	-	-	(22.244)	22.244	-	-
Lucros a Distribuir	-	-	-	-	17.128	-	(17.128)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.000	-	(2.220)	6.000	63.279	22.244	-	119.316
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	41.260	41.260
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	496	-	-	-	-	496
Constituição de reserva	-	-	-	-	(41.335)	41.335	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.798)	-	-	(4.798)
Dividendo	-	-	-	-	-	-	(8.674)	(8.674)
Lucros a distribuir	-	-	-	-	32.586	-	(32.586)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.000	-	(1.724)	6.000	49.732	63.579	-	147.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais:** A Valeo Climatização do Brasil - Veículos Comerciais S.A. ("Valeo" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a montagem, a comercialização, a importação e a exportação de equipamentos de refrigeração e climatização, voltados para o segmento automotivo, assim como das respectivas peças e componentes de reposição. A emissão das demonstrações financeiras da Valeo Climatização do Brasil - Veículos Comerciais S.A. individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de maio de 2024. **2. Resumo das políticas contábeis Materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. **2.2. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Valeo Climatização do Brasil - Veículos Comerciais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentadas a seguir: **Razão social País Relação 31/12/2023 31/12/2022**

Razão social	País	Relação	31/12/2023	31/12/2022
Valeo Thermal Commercial Vehicles México, SA CV	México	Direta	99,99%	99,99%
Valeo Climatización de Vehículos Comerciales	Argentina	Direta	100,00%	100,00%

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes. b) **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Valeo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **Controladas Denominação Moeda funcional País**

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Valeo Thermal Commercial Vehicles México, AS CV	Valeo México	Pesos mexicanos	México
Valeo Climatización de Vehículos Comerciales	Valeo Argentina	Pesos argentinos	Argentina

b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. c) **Empresas do Grupo com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio. (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **2.5. Instrumentos financeiros:** 2.5.1. **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros apenas sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber de clientes (Notas 6 e 7). 2.5.2. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos

## Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e respectivos Demonstrativos pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas., para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem. Caxias do Sul (RS), 29 de maio de 2024

A Diretoria

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	21	360.471	272.748	387.336	286.385
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(299.017)	(230.414)	(312.682)	(239.103)
Lucro bruto		61.454	42.334	74.654	47.282
Despesas com vendas	22	(9.204)	(7.363)	(11.539)	(9.086)
Despesas administrativas	22	(10.100)	(9.247)	(11.286)	(10.660)
Outras despesas operacionais		10.236	6.818	10.236	6.818
Participação nos lucros de controladas e coligadas	10	6.639	1.666	-	-
Lucro operacional		48.789	27.390	51.829	27.536
Despesas financeiras		(1.754)	(2.184)	(1.805)	(2.217)
Receitas financeiras		4.884	88	5.175	88
Variações monetárias e cambiais		(220)	(953)	(220)	(973)
Receitas financeiras, líquidas	23	2.910	(3.049)	3.150	(3.102)
Lucro antes do IR e da CS		51.699	24.341	54.979	24.434
IR e CS	18	(10.595)	(7.216)	(13.875)	(7.309)
Corrente		156	2	156	2
Diferido		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		41.260	17.127	41.260	17.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	41.260	17.127	41.260	17.127
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas no exterior	496	145	496	145
Total do resultado abrangente do exercício	41.756	17.272	41.756	17.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IR e da CS	51.699	24.341	54.979	24.434
Ajustes de Depreciações e amortizações	2.969	3.654	3.372	3.987
Alienação de imobilizado	377	296	377	338
Realização ajuste valor presente - arrendamento	50	132	50	143
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42	(75)	1.049	260
Provisão para garantia	(12)	149	(12)	149
Provisão para perda nos estoques	1.673	4.954	1.066	3.920
Provisão para litígios	112	(77)	254	494
Juros sobre empréstimos	762	1.868	762	1.868
Resultado de equivalência patrimonial com controladas	(6.639)	(1.666)	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Estoques	(12.790)	7.490	(15.688)	5.952
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9.714	12.387	7.865	13.232
Fornecedores e outras obrigações	(1.984)	(20.405)	(1.426)	(17.060)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(713)	(1.737)	(713)	(1.737)
Juros pagos	(14.027)	(6.473)	(16.874)	(6.816)
IR e CS pagos				
Caixa líquido (usado) pelas atividades operacionais	31.233	24.838	35.061	29.164
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(1.648)	(1.766)	(1.648)	(2.417)
Aquisições de ativos intangíveis	(88)	(51)	(88)	(52)
Partes relacionadas	(21)	(15)	-	-
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento	(1.757)	(1.832)	(1.736)	(2.469)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos	(6.256)	(4.157)	(6.256)	(4.157)
Pagamentos realizados arrendamento	(946)	(1.389)	(1.387)	(1.692)
Dividendos e JCP pagos aos acionistas da Companhia	(4.282)	-	(4.282)	-
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	(11.484)	(5.546)	(11.925)	(5.849)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	17.992	17.460	21.400	20.846
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.567	15.107	38.162	17.316
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50.559	32.567	59.562	38.162
	17.992	17.460	21.400	20.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

balanço dos países em que as Companhias atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.15. Benefícios a empregados: Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. a) **Vendas de produto:** As vendas são reconhecidas sempre que se efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total responsabilidade sobre o produto adquirido e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação desses produtos. O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos pedidos de venda e são descontadas ao valor presente. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu

→ **continuação** Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Valeo Climatização do Brasil Veículos Comerciais S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: **Impostos**

Imposto	Alíquota
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0 a 20%
PIS - Programa de Integração Social	1,65 a 2,3%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,6 a 10,8%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **2.18. Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa é preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2). Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador. **2.19. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são registradas pela Companhia quando existe razoável segurança de que os requisitos e condições, quando existentes, impostos pelo ente concedente das subvenções foram cumpridos e de que o benefício relacionado foi ou será recebido. São reconhecidas como receita no resultado durante o período em que se registram as despesas que a subvenção governamental pretende compensar. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Vida útil do ativo imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear durante a vida útil dos ativos (Nota 12). Na opinião da administração da Companhia a vida útil dos bens do imobilizado estão corretamente avaliadas e adequadamente apresentadas nessas demonstrações financeiras. **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege as operações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as investidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. a) **Risco de mercado: Risco cambial:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano. Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial. A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (equivalentes em Reais):

Moeda	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a receber Fornecedores	Contas a receber Fornecedores	Contas a receber Fornecedores	Contas a receber Fornecedores
Dólares americanos	7.184	13.144	1.378	2.891
Euros	254	1.710	6.990	7.653
	<b>7.438</b>	<b>14.854</b>	<b>8.368</b>	<b>10.544</b>
<b>Consolidado</b>				
Moeda	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a receber Fornecedores	Contas a receber Fornecedores	Contas a receber Fornecedores	Contas a receber Fornecedores
Dólares americanos	7.184	14.320	8.572	10.299
Pesos mexicanos	4.877	319	5.920	81
Euros	254	1.710	1.378	2.891
Pesos colombianos	-	-	-	-
	<b>12.315</b>	<b>16.349</b>	<b>15.870</b>	<b>13.271</b>

b) **Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas as operações comerciais mantidas, principalmente, com empresas do Grupo Valeo, além de vendas para clientes fora do grupo no mercado externo, ou medidas políticas que diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. c) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. e) **Gestão de capital social:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Instrumentos financeiros por categoria:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Ativos, conforme o balanço patrimonial	-	6.969	-	6.969
Caixa e equivalentes de caixa	50.559	32.567	59.562	38.162
Contas a receber de clientes, líquidas	26.566	38.439	37.059	39.222
Partes relacionadas	25.385	5.191	19.769	-
	<b>102.510</b>	<b>76.197</b>	<b>116.390</b>	<b>77.384</b>

6. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos - conta corrente	50.559	32.567	59.562	38.162
Total do caixa e equivalentes de caixa	<b>50.559</b>	<b>32.567</b>	<b>59.562</b>	<b>38.162</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), com rentabilidade média de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023 e 2022.

7. Contas a receber de clientes:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	26.566	25.399	37.059	26.007
Contas a receber de partes relacionadas	25.385	16.589	19.769	17.771
Saldo bruto de contas a receber	51.951	41.988	56.828	43.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3.507)	(3.507)	(3.549)	(3.507)	(4.556)
Saldo líquido de contas a receber	<b>48.444</b>	<b>38.439</b>	<b>53.321</b>	<b>39.222</b>
Parcela circulante	39.429	29.688	50.800	35.662
Parcela não circulante	9.015	8.751	2.521	3.560

Todas as contas a receber não circulantes vencem em até cinco anos a contar da data do balanço. O montante de contas a receber vencido e não provisionado para perda refere-se a diversos clientes independentes que não possuem histórico recente de inadimplência.

Abertura da carteira de contas a receber por vencimento:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	47.387	32.629	52.065	32.787
Vencidos	-	-	-	-
De 1 a 30 dias	236	1.313	270	1.650
De 31 a 60 dias	190	1.446	352	1.553
De 61 a 90 dias	1	747	2	755
Acima de 91 dias	4.137	5.853	4.139	7.033
	<b>51.951</b>	<b>41.988</b>	<b>56.828</b>	<b>43.778</b>

As contas a receber individualmente provisionadas para perda referem-se principalmente a empresas cujos esforços de recebimentos foram esgotados. As contas a receber de clientes e demais contas a receber de partes relacionadas Companhia (Nota 24) são mantidas nas seguintes moedas (equivalentes em Reais):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reais	44.513	33.098	44.513	33.098
Dólares americanos	7.184	7.453	7.184	4.883
Euros	254	1.437	254	-
Peso mexicano	-	-	4.877	5.797
	<b>51.951</b>	<b>41.988</b>	<b>56.828</b>	<b>43.778</b>

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	(3.549)	(3.624)	(4.556)	(4.296)
Reversão	42	75	1.049	75
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	-	-	-	(335)
	<b>(3.507)</b>	<b>(3.549)</b>	<b>(3.507)</b>	<b>(4.556)</b>

A constituição e a baixa da provisão para perdas de contas a receber foram registradas no resultado do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

8. Estoques:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas e materiais de reposição	74.621	62.921	87.060	72.279
Produtos acabados	2.352	1.262	2.352	1.445
Provisão para perdas no estoque	(11.538)	(9.865)	(13.802)	(12.736)
	<b>65.435</b>	<b>54.318</b>	<b>75.610</b>	<b>60.988</b>

Segue descrito abaixo a movimentação da provisão de perdas no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	(9.865)	(4.911)	(12.736)	(8.816)
Provisão para perdas de estoque	(1.673)	(4.954)	(1.066)	(3.920)
	<b>(11.538)</b>	<b>(9.865)</b>	<b>(13.802)</b>	<b>(12.736)</b>

9. Tributos a recuperar:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.363	1.286	1.363	1.286
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	1	-	1
Programa de Integração Social (PIS)	152	160	152	160
Contribuição Financeira da Seguridade Social (COFINS)	762	799	762	799
IR Pessoa Jurídica (IRPJ)	2.600	7.446	2.600	7.446
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	900	2.768	900	2.768
Impostos (IPI, PIS, COFINS, ICMS Drawback)	217	1.400	217	1.400
PIS/COFINS - exclusão base de cálculo ICMS	4.835	14.552	4.835	14.552
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	575	575
Outros	-	135	53	135
	<b>10.829</b>	<b>28.547</b>	<b>10.882</b>	<b>29.122</b>
Circulante	10.672	19.765	10.725	20.340
Não circulante	157	8.782	157	8.782

Em 23 de novembro de 2020, foi obtido o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 5017425-97.2015.4.04.7107, em sentido favorável, a qual determina reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. A decisão judicial transitada em julgado da Companhia é clara e específica quanto ao procedimento de exclusão do ICMS pelo método do tributo destacado nas notas fiscais. A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, seja compensado até o exercício de 2024. **IRPJ e CSLL - créditos sobre juros Selic:** Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por maioria a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A decisão do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187, com repercussão geral reconhecida, trata do entendimento de que os juros de mora e a correção monetária, dada sua natureza indenizatória, não consistem num acréscimo patrimonial, pois têm por finalidade apenas reparar as perdas monetárias sofridas no período de discussão do indébito tributário. A Companhia possui processo análogo, e no julgamento da Administração da Companhia é praticamente certo o crédito de IRPJ e CSLL recolhidos indevidamente em exercícios anteriores, desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 reconheceu à luz do que estabelece o ICPC 22 o valor de R\$2.100 (R\$1.544 contabilizado em imposto de renda e R\$556 em contribuição social corrente, os quais estão registrados no ativo circulante. Em julho de 2022 a Companhia obteve o trânsito em julgado do processo e estima compensar os referidos créditos no exercício em 2024. **10. Investimentos em controladas e coligada:**

Movimentação dos investimentos	Valeo México		Valeo Argentina		Ágio Setbus		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo 31 de dezembro de 2021	10.011	355	3.395	13.761	-	-	13.761	-
Variação cambial do investimento	(86)	137	-	51	-	-	51	-
Equivalência patrimonial	1.666	-	-	1.666	-	-	1.666	-
Transferência	-	-	(3.395)	(3.395)	-	-	(3.395)	-
Investimentos 31 de dezembro de 2022	11.591	492	-	12.083	-	-	12.083	-
Variação cambial do investimento	537	(41)	-	496	-	-	496	-
Equivalência patrimonial	6.639	-	-	6.639	-	-	6.639	-
Outros	1.063	-	-	1.063	-	-	1.063	-
Investimentos 31 de dezembro de 2023	<b>19.830</b>	<b>451</b>	<b>-</b>	<b>20.281</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.281</b>	<b>-</b>

**12. Imobilizado:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.715	9.036	767	13
Custo	5.043	20.037	1.848	197
Depreciação acumulada	(2.328)	(11.101)	(1.081)	(184)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2021	2.715	9.036	767	13
Adições	153	1.219	131	-
Baixas	(40)	(187)	(43)	-
Depreciações	(148)	(1.570)	(130)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.680	8.498	725	3
Custo	5.156	21.069	1.936	197
Depreciação acumulada	(2.476)	(12.571)	(1.211)	(194)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2022	2.680	8.498	725	3
Adições	135	715	64	-
Baixas	-	(43)	(6)	-
Depreciações	26	(1.378)	(110)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<b>2.841</b>	<b>7.792</b>	<b>673</b>	<b>2</b>
Custo	5.291	21.741	1.994	197
Depreciação acumulada	(2.450)	(13.949)	(1.321)	(195)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2023	<b>2.841</b>	<b>7.792</b>	<b>673</b>	<b>2</b>
Taxas anuais de depreciação - %	2,5% a 4%	6,7% a 10%	14% a 33%	3% a 20%

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.715	9.036	767	13
Custo	5.527	22.812	2.107	151
Depreciação acumulada	(2.812)	(13.776)	(1.340)	(138)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2021	2.715	9.036	767	13
Adições	153	1.219	131	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	(40)	(187)	(43)	-
Depreciações	(148)	(1.570)	(130)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.680	8.498	725	3
Custo	5.640	23.844	2.195	151
Depreciação acumulada	(2.960)	(15.346)	(1.470)	(148)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2022	2.680	8.498	725	3
Adições	135	715	64	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	(43)	(6)	-
Depreciações	26	(1.493)	(110)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<b>2.841</b>	<b>7.677</b>	<b>673</b>	<b>2</b>
Custo	5.775			

★ continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Valeo Climatização do Brasil Veículos Comerciais S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Empréstimos e financiamentos:**

Modalidade	Moeda	anuais	Encargos	Controladora	Consolidado
				31/12/2023	31/12/2022
Empréstimo bancário	R\$	17%		6.969	6.969
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>				<b>6.969</b>	<b>6.969</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos por data de vencimento		
De 6 meses a 1 ano	6.969	6.969
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	<b>6.969</b>	<b>6.969</b>

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento e não possuem cláusulas restritivas (covenants) nos contratos firmados. **15. Tributos a pagar:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	631	769
IRPJ/CSLL	1.357	7.807
IPI	194	152
PIS/COFINS	754	335
IVA	-	1.060
Outros (ISR México e IGA Argentina)	-	274
	<b>2.936</b>	<b>9.063</b>
	<b>4.270</b>	<b>10.026</b>

**16. Provisão para garantias:** A Companhia oferece um contrato de garantia de dois anos sobre seus produtos. Com base em eventos passados, a Companhia sabe que é provável que alguns dos aparelhos de ar-condicionado vendidos apresentem problemas no primeiro ano, que serão cobertos por esta garantia. Assim, o fato gerador da obrigação é a instalação do ar-condicionado nas montadoras. A provisão visa cobrir os gastos com garantias, baseada na melhor estimativa disponível. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui provisão para garantias reconhecida no montante de R\$1.399, na controladora (R\$1.411 em 2022).

**17. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** A Companhia está envolvida em determinadas questões tributárias, cíveis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas prováveis, e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Ações trabalhistas	198	86
	<b>198</b>	<b>86</b>
	<b>713</b>	<b>657</b>

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	86	163
Provisão (reversão) de contingência	112	(77)
	<b>198</b>	<b>911</b>

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "possíveis" ou "remota" e, para as quais não foram constituídas provisões para perdas. As discussões classificadas como "possíveis", envolvem valores que totalizam aproximadamente R\$1.831 (R\$1.675 em 2022). **18. Imposto de renda e contribuição social:** a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Provisão para garantias	1.398	1.411
Provisão para comissões	253	268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.507	3.550
Provisão participação nos resultados	1.672	1.168
Provisão para perdas nos estoques	10.819	9.513
Provisão para contingências	198	86
Provisão advogados	74	154
Provisões <i>drawback</i>	210	280
Outras provisões	422	1.664
Base de cálculo	18.553	18.094
Alíquota nominal - %	34%	34%
IR e contribuição social diferidos	6.308	6.152
Passivo		
Ajuste da vida útil para depreciação	2.168	2.167
Base de cálculo	2.168	2.167
Alíquota nominal - %	34%	34%
IR e contribuição social diferidos	737	737
Imposto diferido ativo (líquido)	5.571	5.415
	<b>7.268</b>	<b>7.368</b>

Segue abaixo a movimentação dos impostos diferidos ocorridas no exercício:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.415	7.368
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	156	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>5.571</b>	<b>7.268</b>

b) **Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido:** A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização para os seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Até 12 meses	1.857	2.540
Mais de 12 meses	3.714	2.875
	<b>5.571</b>	<b>5.415</b>

c) **Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Conciliação		
Lucro antes do IR e contribuição social	51.699	23.885
Alíquota nominal - %	34%	34%
	<b>(17.578)</b>	<b>(8.121)</b>
	<b>(18.693)</b>	<b>8.724</b>
Adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	447	880
Pesquisa e desenvolvimento	2.405	-
Juros sobre o capital próprio	1.631	-
Subvenção para investimento - ICMS	3.952	-
Outras adições (exclusões)	4.706	5.786
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(10.595)	7.216
Diferido	156	2
	<b>(10.349)</b>	<b>7.218</b>
Alíquota efetiva de IR e CS	20%	30%
		<b>25%</b>
		<b>28%</b>

**19. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 30.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$30.000. As ações pertencem aos acionistas conforme demonstrado abaixo:

	País	Quantidade de ações	Valor
Marcopolo	Brasil	12.000	12.000
Valeo GMBH	Alemanha	18.000	18.000
		<b>30.000</b>	<b>30.000</b>

b) **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, após a constituição de reserva legal e proposição de dividendos mínimos de 25%. Com a destinação do saldo remanescente do lucro líquido, destinado à conta de reserva para retenção de lucros, o saldo total das reservas de lucros ultrapassou o valor do capital. Dessa forma, em atendimento ao que estabelece o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as presentes demonstrações financeiras deverá, ainda, deliberar pela destinação do valor excedente das reservas de lucro em relação ao capital social no ano de 2019.

**Diretoria**

**Luis Carlos Antônio Sacco**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos

c) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Lucro líquido	41.260	41.260
Base de cálculo - dividendos obrigatórios	41.260	41.260
Dividendos obrigatórios - 25%	25%	25%
Total de dividendos	10.315	10.315
Dividendo	8.674	8.674
Juros sobre o capital próprio	4.798	4.798
Total de dividendos	<b>13.472</b>	<b>13.472</b>

Em 21 de Junho de 2023, através de assembleia geral extraordinária foi deliberado a distribuição de juros sobre capital próprio a pagar no valor de R\$ 4.798. Os juros sobre o capital próprio, quando calculados, seguem os preceitos determinados pela Lei nº 9.294/95. A taxa de juros utilizada para cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no exercício. A Companhia contabilizou o montante de R\$ 4.798 em 2023, em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado como juros sobre o capital próprio foi integralmente deduzido da apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 1.631. Para fins de preparação das demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determina as práticas contábeis. Sobre tais juros, é retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabelece alíquota diversa. O pagamento destes valores é realizado conforme deliberação dos acionistas, em assembleia geral extraordinária. d) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Corresponde ao efeito acumulado de conversão cambial da moeda funcional para a moeda original das demonstrações financeiras das controladas do exterior, apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda, quando da alienação ou baixa do investimento. A Valeo efetuou a compra dos 25,1% de participação da Marcopolo na Setbus na data de 30/07/2018 pelo valor de R\$893. Essa aquisição por ter sido realizada entre acionistas, não se enquadra como combinação de negócios e, portanto, não gerou ágio. A mais-valia entre a contraprestação negociada e os ativos líquidos da Setbus foi registrada no Patrimônio Líquido como ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$4.075. e) **Reserva de Incentivos Fiscais:** Neste ano, a Companhia reclassificou R\$41.335 (R\$22.244 em 2022) da conta contábil Lucros a Destinar para a rubrica Reserva de Incentivos Fiscais, referente aos benefícios fiscais de ICMS (subvenções governamentais) recebidos do estado do Rio Grande do Sul nos anos-calendário de 2018, 2019, 2020 e 2021 (referente ao exercício de 2016 e 2017), que foram tratados como subvenção para investimento para fins de apuração do IRPJ e da CSLL. **20. Arrendamento mercantil:** A movimentação dos ativos de direito de uso está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro de 2023	2.161	2.496
Remensuração e novos contratos		
Depreciações	(1.190)	(1.480)
Em 31 de dezembro de 2022	971	1.016
Remensuração e novos contratos		
Depreciações	(874)	(1.162)
Em 31 de dezembro de 2023	<b>97</b>	<b>1.105</b>

A movimentação dos passivos de arrendamento está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro de 2022	2.426	2.771
Ajuste a valor presente de arrendamentos	132	143
Pagamentos	(1.389)	(1.692)
Em 31 de dezembro de 2022	1.169	1.222
Remensuração e novos contratos		
Ajuste a valor presente de arrendamentos	50	50
Pagamentos	(946)	(1.387)
Em 31 de dezembro de 2023	<b>273</b>	<b>1.136</b>
Passivo circulante	273	1.136

Os valores reconhecidos no resultado do período decorrentes da aplicação normal estão apresentados nas notas explicativas 22 Despesas por natureza e nota explicativa 23 Resultado financeiro. Os valores apresentados na nota de despesas por natureza como despesas de aluguel são despesas de arrendamento classificadas como isenções da norma. A Companhia não possui contratos de subarrendamento e transações de retroarrendamento. **21. Receita operacional líquida:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Vendas brutas de produtos e serviços	432.221	327.033
Devoluções de vendas	(1.984)	(1.410)
Impostos sobre vendas	(69.766)	(52.875)
	<b>360.471</b>	<b>272.748</b>
	<b>459.185</b>	<b>341.088</b>

**22. Custos e despesas por natureza e função:** A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas e materiais de consumo	(270.329)	(204.376)
Salários e ordenados	(27.102)	(26.304)
Depreciação e amortização	(2.503)	(2.488)
Amortização de ativos de direito de uso CPC 06	(1.536)	(1.190)
Garantias	(5.782)	(2.855)
Despesas com comissões	(1.300)	(1.345)
Remuneração dos administradores	(2.143)	(2.080)
Outros custos e despesas	(7.626)	(6.836)
<b>Custos e despesas por natureza</b>	<b>(318.321)</b>	<b>(247.024)</b>
	<b>(335.507)</b>	<b>(258.849)</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(299.017)	(230.414)
Despesas com vendas	(9.204)	(7.363)
Despesas gerais e administrativas	(10.100)	(9.247)
<b>Custos e despesas por função</b>	<b>(318.321)</b>	<b>(247.024)</b>
	<b>(355.507)</b>	<b>(258.849)</b>

**23. Receitas e despesas financeiras:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos bancários	(762)	(1.868)
Encargos sobre impostos	-	-
Outras despesas financeiras	(926)	(317)
Varição cambial passiva	(3.528)	(5.514)
Total de despesas financeiras	<b>(5.216)</b>	<b>(7.699)</b>
Receitas financeiras		
ICMS na base do PIS e da COFINS (atualização monetária)	2.156	65
Outras receitas financeiras	2.752	24
Varição cambial ativa	3.218	4.561
Total de receitas financeiras	<b>8.126</b>	<b>4.650</b>
Resultado financeiro	<b>2.910</b>	<b>(3.049)</b>
	<b>3.150</b>	<b>(3.102)</b>

**24. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir

	Em 31 dezembro de 2023					
	Saldo ativo por mútuo e conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Compras de produtos/serviços	Vendas de produtos/serviços	Receitas financeiras
Valeo Thermal Comm. Vehicles Germany GMBH	-	-	148	1.079	-	-
Valeo Termo SAL	-	-	25	-	-	-
Valeo Termo Sistemleri	-	-	-	105	-	-
Valeo Thermal Comm. Vehic. Mexico C.V.	1.242	5.616	-	49	15.013	(21)
Valeo Thermal Comm. Vehic. Suzhou Co.	-	119	15	909	7	-
Valeo Compressors N.A.	-	1	2.144	31.149	3	-
Valeo Motherson Thermal Com. Veh. Ind.	-	267	3	11	1.093	-
Valeo Thermal Comm. Vehic. South Africa	-	346	-	-	178	-
Valeo Thermal Austrália	-	-	-	-	5	-
Valeo Sistemas Automotivos Marcopolo S.A.	-	-	19	-	-	-
	<b>1.242</b>	<b>25.385</b>	<b>2.406</b>	<b>33.302</b>	<b>193.365</b>	<b>(21)</b>

	Em 31 dezembro de 2022					
	Saldo ativo por mútuo e conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Compras de produtos/serviços	Vendas de produtos/serviços	Receitas financeiras
Valeo Thermal Comm. Vehicles Germany GMBH	-	17	99	239	1.854	-
Valeo Termo SAL	-	32	-	-	-	-
Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	-	-	-	-	356	-
Valeo Termo Sistemleri	-	1	-	74	-	-
Valeo Thermal Comm. Vehic. Mexico C.V.	1.263	5.191	-	-	7.970	-
Valeo Thermal Comm. Vehic. Suzhou Co.	-	-	20	-	444	-
Valeo Compressors N.A.	-	-	2.157	23.062	-	-
Valeo Motherson Thermal Com. Veh. Ind.	-	1.456	-	-	-	-
Valeo Climatizacão de Veículos	-	-	-	-	417	-
Valeo Thermal Comm. Vehic. South Africa	-	349	-	-	-	-
Valeo Thermal Austrália	-	11	-	-	406	-
Valeo Sistemas Automotivos Marcopolo S.A.	-	35	91	-	-	-
	<b>1.263</b>	<b>16.589</b>	<b>2.368</b>	<b>23.375</b>	<b>148.175</b>	